



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☐ REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Direção da central nuclear de Almaraz admite que incumpe normas de segurança

Destinatário: Ministério do Ambiente

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A direção da central nuclear de Almaraz admitiu que não tem cumprido as Especificações Técnicas de Segurança (ETS) do regulador.

O jornal espanhol El Diario.es revelou que a direção da central nuclear de Almaraz reconheceu perante os inspetores do Conselho de Segurança Nuclear (CSN) que “não tem cumprido de forma consciente, voluntária e reiterada as Especificações Técnicas de Segurança (ETS) do regulador nuclear no que diz respeito à proteção contra incêndios (PCI)”.

Esta revelação consta de um documento, publicado na íntegra pelo referido jornal - a ata de um relatório dos técnicos do CSN após uma inspeção realizada no passado mês de maio. O que levou a direção da central nuclear a pedir a sua destruição, mas os inspetores negaram-se a fazê-lo.

Segundo o jornal, “os inspetores pediram informações sobre os motivos pelos quais a central nuclear de Almaraz considera que os critérios do diretor [de Almaraz] podem voluntariamente deixar de cumprir a Instrução IS-30 do CSN, bem como outras normas expressas na documentação que regulamenta o funcionamento da central e que exige pelo menos a presença permanente de cinco membros da Proteção Contra Incêndios (PCI) na central”.

O El Diario.es contactou na segunda-feira, dia 9 de janeiro, os responsáveis pela central nuclear que responderam por escrito afirmando que “nunca admitiram nenhum incumprimento voluntário das normas de segurança do regulador”.

Note-se que a saída de três efetivos da Brigada de Extinção de Incêndios é uma situação de enorme gravidade por ocorrer durante um incêndio a pouca distância da central de Almaraz, em agosto 2014.

No entanto, esta situação não originou a abertura de um processo sancionatório e é o reflexo, segundo fontes internas do CSN citadas pelo El Diario.es, da gestão levada a cabo pelo presidente Fernando Marti, que no final



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

de 2014 delineou um plano de gestão de medidas contra incêndios que chegou a incluir a “falsificação de documentos”.

A ata da última inspeção semestral à central de Almaraz refere, entre outras anomalias, a existência de peças com deformações e folgas, bem com uma avaria num motor; constatou-se igualmente que no interior de Almaraz é permitido fumar, o que é por regra proibido neste tipo de instalações.

O jornal espanhol refere ainda outros problemas, nomeadamente a existência de material combustível em cima de cabos de segurança, poças de água no cubículo de uma bomba de extração de calor fruto de uma infiltração no teto das instalações.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente, as seguintes perguntas:

1. O Ministério tem conhecimento desta ata de maio passado, agora revelada?
2. Pretende o governo obter mais esclarecimentos sobre este caso junto das autoridades espanholas?
3. Considerando que a construção do ATI de Almaraz visa o prolongamento da vida útil desta central nuclear e que deve ser objeto - por acordo bilateral ou mediante queixa portuguesa ao abrigo da legislação europeia - de avaliação de impacto ambiental transfronteiriço, pondera o governo incluir estes factos na eventual queixa a apresentar junto das instituições europeias?

Palácio de São Bento, 11 de janeiro de 2017.

**O deputado,
Jorge Costa**